BTCU Especial

Boletim do Tribunal de Contas da União

Ano 49 | nº 36 | Quinta-feira, 23/6/2016

PORTARIA-TCU Nº 152, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Altera a Portaria-TCU nº 1, de 2 de janeiro de 2015, que delega competência ao Secretário-Geral de Administração para os fins que especifica. (Página 1)

PORTARIA-TCU Nº 154, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Altera o Anexo Único à Portaria-TCU nº 3, de 7 de janeiro de 2016, que define a lotação geral dos cargos efetivos do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União. (Página 2)

PORTARIA-TCU Nº 156, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a regulamentação da Resolução-TCU nº 225, de 13 de maio de 2009, que estabelece critérios para a emissão e utilização de passagens aéreas de representação por autoridades do Tribunal de Contas da União. (Página 4)

PORTARIA-TCU Nº 157, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Altera a Portaria-TCU nº 235, de 30 de julho de 2015, que dispõe sobre a regulamentação do ressarcimento de despesas não reembolsáveis, total ou parcialmente, pelo plano ou seguro saúde, e com a aquisição de medicamentos de uso contínuo não fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos Ministros, Ministros-Substitutos e Membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas civis. (Página 5)

PORTARIA-ASSEAE Nº 1, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre as competências, a estrutura, a distribuição das funções de confiança e a lotação autorizada da Assessoria Especial de Apoio Estratégico (Asseae). (Página 6)

APOSTILAS-SEGEPE Nºs 27 a 30, DE 22 DE JUNHO DE 2016

Alteram denominações de Funções de Confiança. (Página 11)

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Boletim do Tribunal de Contas da União

<http://www.tcu.gov.br>

btcu@tcu.gov.br

SAFS Lote 1 Anexo I sala 424 - CEP:70042-900 - Brasília - DF
Fones: 3316-7279/3316-7869/3316-2484/3316-5249

Presidente
AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

Vice-Presidente
RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Ministros

WALTON ALENCAR RODRIGUES
BENJAMIN ZYMLER
JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO
ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR
BRUNO DANTAS NASCIMENTO
VITAL DO RÊGO FILHO

Ministros-Substitutos

AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
MARCOS BEMQUERER COSTA
ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
WEDER DE OLIVEIRA

Ministério Público junto ao TCU

Procurador-Geral
PAULO SOARES BUGARIN

Subprocuradores-Gerais

LUCAS ROCHA FURTADO
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Procuradores

MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO
JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA
SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Secretário-Geral
Carlos Roberto Caixeta
segedam@tcu.gov.br

Boletim do Tribunal de Contas da União Especial – v. 1, n. 1 (1982) – . – Brasília : TCU, 1982- .

Irregular.

Continuação de: Boletim Interno [do] Tribunal de Contas da União. Edição Especial. Conteúdo: Estrutura e competências da Asseae, e alterações em atos normativos devido à criação dessa Unidade.

1.Ato administrativo – periódico – Brasil. I. Brasil. Tribunal de Contas da União (TCU).

PORTARIA-TCU Nº 152, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Altera a Portaria-TCU nº 1, de 2 de janeiro de 2015, que delega competência ao Secretário-Geral de Administração para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial o contido no art. 28, § 1º, do Regimento Interno do TCU,

Considerando a alteração da estrutura da Secretaria do Tribunal, promovida pela Resolução-TCU nº 279, de 11 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º O inciso IV do art. 1º da Portaria-TCU nº 1, de 2 de janeiro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

IV - concernentes às relações jurídico-funcionais dos Ministros, Ministros-Substitutos e Membros do Ministério Público junto ao TCU:

a) conceder diárias e adicional de embarque e desembarque nos deslocamentos a serviço, bem como ordenar o pagamento dessas indenizações;

b) extrair requisições de passagem e de transporte para as autoridades, à exceção dos procedimentos inerentes à concessão de passagens aéreas decorrentes da Resolução-TCU nº 225, de 13 de maio de 2009.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

PORTARIA-TCU Nº 154, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Altera o Anexo Único à Portaria-TCU nº 3, de 7 de janeiro de 2016, que define a lotação geral dos cargos efetivos do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União.

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e regimentais, em especial o contido nos arts. 70, incisos I e IV, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e 28, incisos XIV, XXIII, XXXIV e XXXIX, do Regimento Interno do Tribunal,

Considerando a alteração da estrutura da Secretaria do Tribunal, promovida pela Resolução-TCU nº 279, de 11 de maio de 2016, que instituiu a Assessoria Especial de Apoio Estratégico (Asseae); e

Considerando a necessidade de ajustes na lotação do Gabinete do Presidente (GabPres), da Secretaria-Geral de Administração (Segedam), da Secretaria-Geral da Presidência (Segepres) e da Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), em decorrência da edição da mencionada Resolução-TCU nº 279, de 2016, resolve:

Art. 1º Fica aprovada, na forma do Anexo Único a esta Portaria, a lotação geral dos cargos efetivos do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União (TCU).

Art. 2º O Anexo Único à Portaria-TCU nº 3, de 7 de janeiro de 2016, passa a vigorar na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 3º Fica revogada a Portaria-TCU nº 112, de 28 de abril de 2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO CARREIRO

ANEXO ÚNICO À PORTARIA-TCU Nº 154, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

LOTAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DO TCU

UNIDADES	AUFC CE	AUFC Outros	TEFC	AUX	TOTAL
Secretaria-Geral de Controle Externo	1.259	5	259	8	1.531
Secretaria-Geral de Administração	65	31	330	9	435
Secretaria-Geral da Presidência	80	156	157	2	395
Subtotal - unidades básicas	1.404	192	746	19	2.361
Secretaria de Controle Interno	12	0	4	0	16
Subtotal - unidade de controle interno	12	0	4	0	16
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão	18	8	5	0	31
Subtotal - unidade de planejamento, governança e gestão	18	8	5	0	31
Gabinete do Presidente	2	0	17	0	19
Assessoria Especial de Apoio Estratégico	3	0	6	0	9
Gabinete do Corregedor	5	0	4	0	9
Gabinete de Ministros	71	0	68	0	139
Gabinete de Ministros Substitutos	28	0	20	0	48
Gabinete dos Membros do Ministério Público junto ao TCU	33	0	22	0	55
Subtotal - unidades de assessoramento a autoridades	142	0	137	0	279
TOTAL	1.576	200	892	19	2.687
UNIDADES	AUFC CE	AUFC Outros	TEFC	AUX	TOTAL

PORTARIA-TCU Nº 156, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a regulamentação da Resolução-TCU nº 225, de 13 de maio de 2009, que estabelece critérios para a emissão e utilização de passagens aéreas de representação por autoridades do Tribunal de Contas da União.

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e regimentais, em especial o contido nos arts. 70, incisos I e IV, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e 28, incisos XIV, XXIII, XXXIV e XXXIX, do Regimento Interno do Tribunal,

Considerando a alteração da estrutura da Secretaria do Tribunal, promovida pela Resolução-TCU nº 279, de 11 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Fica a Assessoria Especial de Apoio Estratégico (Asseae) encarregada da emissão e do controle das passagens aéreas de que trata a Resolução-TCU nº 225, de 13 de maio de 2009.

Art. 2º Realizada a viagem, deverão ser apresentados à Asseae os comprovantes de embarque no prazo máximo de cinco dias após o retorno da autoridade à Sede do Tribunal.

§ 1º No caso de extravio dos comprovantes de embarque, a Asseae deverá ser informada da utilização da passagem por meio de memorando emitido pela autoridade ou pela chefia do seu gabinete, no prazo estipulado no **caput** deste artigo.

§ 2º Não ocorrendo a entrega dos comprovantes no prazo estabelecido neste artigo, nem apresentada a comunicação de que trata o parágrafo anterior, será suspensa a emissão de novas passagens até que seja sanada a pendência.

Art. 3º Aplica-se, no que for compatível com o seu objeto, o disposto no art. 5º da Portaria-TCU nº 308, de 6 de novembro de 2015.

Art. 4º Os casos omissos serão dirimidos pelo Presidente, com subsídio em estudo realizado pela Asseae.

Art. 5º Fica revogada a Portaria-TCU nº 353, de 19 de novembro de 2009.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO CARREIRO

PORTARIA-TCU Nº 157, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Altera a Portaria-TCU nº 235, de 30 de julho de 2015, que dispõe sobre a regulamentação do ressarcimento de despesas não reembolsáveis, total ou parcialmente, pelo plano ou seguro saúde, e com a aquisição de medicamentos de uso contínuo não fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos Ministros, Ministros-Substitutos e Membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas civis.

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e regimentais, em especial o contido no art. 28, incisos XXIII, XXXIV e XXXIX, do Regimento Interno do Tribunal,

Considerando a alteração da estrutura da Secretaria do Tribunal, promovida pela Resolução-TCU nº 279, de 11 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Fica alterado o § 2º do art. 4º da Portaria-TCU nº 235, de 30 de julho de 2015, nos seguintes termos:

“Art. 4º (...)

§ 2º As despesas de grande vulto, cujo relatório descritivo dos valores não reembolsáveis seja encaminhado à Assessoria Especial de Apoio Estratégico da Presidência (Asseae) até o último dia útil do mês, serão ressarcidas aos beneficiários na folha de pagamento do mês subsequente.”

Art. 2º O art. 5º da Portaria-TCU nº 235, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Para o ressarcimento das despesas com a aquisição de medicamentos de uso contínuo não fornecidos pelo SUS, deverão ser encaminhados à Asseae o formulário próprio preenchido, a receita médica válida e os comprovantes fiscais da aquisição.

§ 1º Os documentos serão encaminhados pela Asseae à Diretoria de Saúde da Secretaria de Gestão de Pessoas (Dsaud/Segep), para análise e emissão de relatório com indicação dos medicamentos que atendem aos requisitos para reembolso.

§ 2º As despesas de que trata o caput deste artigo encaminhadas à Asseae até o último dia útil do mês serão ressarcidas aos beneficiários na folha de pagamento do mês seguinte.

§ 3º (...)

§ 4º (...)”

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO CARREIRO

PORTARIA-ASSEAE Nº 1, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre as competências, a estrutura, a distribuição das funções de confiança e a lotação autorizada da Assessoria Especial de Apoio Estratégico (Asseae).

O ASSESSOR ESPECIAL DO PRESIDENTE, no uso de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista a competência que lhe confere o art. 97, inciso II, da Resolução-TCU nº 266, de 30 de dezembro de 2014,

Considerando as alterações da estrutura da Secretaria do Tribunal, bem como as transformações e a realocação de funções de confiança, promovidas pela Resolução-TCU nº 279, de 11 de maio de 2016, que instituiu a Assessoria Especial de Apoio Estratégico (Asseae);

Considerando a finalidade e as competências que foram atribuídas à Asseae, nos termos dos arts. 76-A e 76-B da Resolução-TCU nº 266, de 2014, inseridos pela Resolução-TCU nº 279, de 2016; e

Considerando a lotação dos cargos efetivos do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal, definida pela Portaria-TCU nº 154, de 23 de junho de 2016, resolve:

Art. 1º As competências, a estrutura, a distribuição das funções de confiança e a lotação da Assessoria Especial de Apoio Estratégico (Asseae), em conformidade com as disposições da Resolução-TCU nº 266, de 2014, alterada pela Resolução-TCU nº 279, de 2016, e de acordo com o disposto na Portaria-TCU nº 154, de 2016, são as estabelecidas nesta Portaria.

Art. 2º A Asseae tem por finalidade prestar apoio e assessoramento ao Presidente no desempenho de suas atribuições legais e regimentais, em especial no que se refere ao reconhecimento, no âmbito do TCU, dos direitos e das prerrogativas das autoridades do Tribunal.

Art. 3º Compete à Asseae:

I – promover o atendimento às demandas administrativas emanadas das autoridades ativas e inativas, e de seus pensionistas, inclusive fazendo a intermediação dos contatos necessários, o fornecimento das informações pertinentes e a emissão, quando for o caso, de parecer quanto ao mérito dos correspondentes processos;

II – zelar pelo cumprimento, no âmbito do Tribunal, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no que se refere a informações inerentes às autoridades;

III – providenciar a obtenção de passaportes, vistos, reservas de passagens e hotéis para autoridades, quando em viagens internacionais oficiais, bem como adotar outras medidas que se fizerem necessárias, com o apoio da Serint;

IV – supervisionar as atividades da Sala Ministro Henrique de La Roque;

V – gerenciar e assegurar a atualização das bases de dados e informações necessárias à sua área de atuação; e

VI – desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Art. 4º A Asseae tem a seguinte estrutura:

I – Assessoria (Ass); e

II – Serviço de Apoio (Seap);

Art. 5º A Assessoria da Asseae tem por finalidade apoiar o Assessor Especial do Presidente no desempenho de suas atribuições regulamentares.

Art. 6º Compete à Assessoria (Ass):

I – assessorar o Titular da Asseae em assuntos inerentes à área de competência da Unidade;

II – realizar estudos e pesquisas a respeito de matérias compreendidas na esfera de atuação da Asseae;

III – elaborar pareceres, pronunciamentos, relatórios e outros documentos relacionados a assuntos de competência da Unidade;

IV – examinar matérias e instruir processos que lhe sejam distribuídos pelo Assessor Especial do Presidente;

V – interagir com as Unidades de assessoramento a autoridades, com vistas a identificar oportunidades de melhoria no atendimento às demandas administrativas das autoridades e de seus pensionistas;

VI – propor melhoria dos processos de trabalho afetos às áreas de atuação da Asseae; e

VII – desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Assessor Especial do Presidente.

Art. 7º Compete ao Serviço de Apoio (Seap):

I – prestar o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades a cargo da Asseae;

II – manter cadastro das autoridades ativas e inativas, bem como de seus dependentes e pensionistas;

III – manter atualizadas as informações sobre as prerrogativas e os direitos das autoridades;

IV – promover o acompanhamento e o controle dos pleitos emanados das autoridades e de seus pensionistas;

V – prestar às autoridades e a seus pensionistas informações e orientações de caráter geral acerca de solicitações e requerimentos de natureza administrativa;

VI – receber demandas das autoridades e de seus pensionistas, monitorar o andamento destas e prestar aos interessados as informações e as orientações pertinentes;

VII – adotar as providências necessárias para obtenção de passaportes e de vistos para as autoridades, quando em viagens oficiais ao exterior;

VIII – providenciar reserva de passagens para as autoridades, quando em viagens oficiais ao exterior;

IX – apoiar as autoridades na realização de reservas de hotéis, em viagens oficiais internacionais, quando necessário;

X – operacionalizar o ressarcimento de:

a) despesas realizadas pelas autoridades, seus dependentes e pensionistas, com a aquisição de medicamentos de uso contínuo, na forma disciplinada pela Resolução-TCU nº 222, de 11 de março de 2009;

b) despesas médicas realizadas pelas autoridades, seus dependentes e pensionistas, em conformidade com a Resolução-TCU nº 222, de 2009, e com a Portaria-TCU nº 235, de 30 de julho de 2015;

XI – gerenciar as tarefas da Sala Ministro Henrique de La Roque;

XII – instruir os processos que lhe sejam distribuídos pelo Titular da Unidade, elaborando os extratos para publicação, quando necessário;

XIII – executar as ações necessárias à autuação, tramitação e gestão de processos e documentos de interesse da Asseae;

XIV – receber, distribuir e expedir documentos, promovendo os competentes registros nos sistemas informatizados, quando for o caso;

XV – manter arquivo sistemático e atualizado de documentos, publicações e expedientes da Unidade;

XVI – efetuar registros de frequência, afastamento e substituição de função de confiança dos servidores lotados na Asseae, bem como elaborar, guardar e remeter os documentos necessários;

XVII – encaminhar os registros de frequência e afastamento dos estagiários e terceirizados, bem como elaborar, guardar e remeter os documentos necessários;

XVIII – encaminhar à Unidade competente os atestados médicos, requerimentos e demais documentos relativos à situação funcional dos servidores lotados na Asseae;

XIX – elaborar, administrar e gerenciar as requisições de materiais permanentes e de consumo da Asseae, bem como executar e controlar a sua distribuição interna;

XX – adotar procedimentos necessários à manutenção preventiva e corretiva da estrutura física das instalações da Unidade;

XXI – desenvolver outras atividades inerentes à sua área de atuação; e

XXII – adotar outras providências determinadas pelo dirigente da Asseae.

Art. 8º As funções de confiança alocadas na Assessoria Especial de Apoio Estratégico são as constantes do Anexo I a esta Portaria.

Art. 9º A lotação de servidores na Assessoria Especial de Apoio Estratégico é a constante do no Anexo II a esta Portaria.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE MOACIR CARDOSO DA COSTA

ANEXO I À PORTARIA-ASSEAE Nº 1, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA
ASSESSORIA ESPECIAL DE APOIO ESTRATÉGICO

ASSESSORIA ESPECIAL DE APOIO ESTRATÉGICO		NÍVEL FC	EXISTENTES		TOTAL
			DIREÇÃO	ASSESSORAMENTO	
Gabinete	Assessor Especial do Presidente	FC-5	1	-	1
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Total da subunidade			1	1
Serviço de Apoio	Chefe de Serviço	FC-3	1	-	1
	Assistente Técnico	FC-2		1	1
	Auxiliar de Gabinete	FC-1	-	1	1
	Total da subunidade			1	2
TOTAL			2	3	5

ANEXO II À PORTARIA-ASSEAE Nº 1, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

LOTAÇÃO AUTORIZADA PARA ASSESSORIA ESPECIAL DE APOIO ESTRATÉGICO

UNIDADES	AUFC-CE	AUFC-Outros	TEFC	AUX	TOTAL
Gabinete	1	-		-	1
Assessoria	1	-		-	1
Serviço de Apoio*	1	-	6	-	7
TOTAL	3	-	6		9

* Inclui a lotação de 2 TEFC na Sala Ministro Henrique de La Rocque

APOSTILAS-SEGEP DE 22 DE JUNHO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe é conferida no art. 1º, inciso IX, da Portaria-Segedam nº 3, de 2 de janeiro de 2015, resolve:

Nº 27 APOSTILAR, a contar de 23/06/2016, o ato que designou JOSÉ MOACIR CARDOSO DA COSTA, Matrícula nº 158-9, para exercer a função de confiança de Assessor do Presidente, Código FC-5, na Assessoria do Gabinete do Presidente/GABPRES, que passou a denominar-se Assessor Especial do Presidente, Código FC-5, na Assessoria Especial de Apoio Estratégico.

Nº 28 APOSTILAR, a contar de 23/06/2016, o ato que designou SILVIO CARACAS DE MOURA NETO, Matrícula nº 6577-3, para exercer a função de confiança de Gerente de Processo, Código FC-3, na Gerência de Apoio Estratégico/ADGEDAM/SEGEDAM, que passou a denominar-se Chefe de Serviço, Código FC-3, na Assessoria Especial de Apoio Estratégico.

Nº 29 APOSTILAR, a contar de 23/06/2016, o ato que designou ARNALDO JOSÉ FREITAS LOPES, Matrícula nº 1603-9, para exercer a função de confiança de Assistente Técnico, Código FC-2, no Serviço de Administração do Gabinete do Presidente/GABPRES, que passou a denominar-se Assistente Técnico, Código FC-2, na Assessoria Especial de Apoio Estratégico.

Nº 30 APOSTILAR, a contar de 23/06/2016, o ato que designou DALCILENE SOUZA DOS SANTOS, Matrícula nº 2888-6, para exercer a função de confiança de Assistente Administrativo, Código FC-1, na Gerência de Apoio Estratégico/ADGEDAM/SEGEDAM, que passou a denominar-se Auxiliar de Gabinete, Código FC-1, na Assessoria Especial de Apoio Estratégico.

ADRIANO CESAR FERREIRA AMORIM
Secretário